

Instrumentalismo, retórica ou realismo crítico? Três critérios para a evolução da macroeconomia ortodoxa¹

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho²

Resumo

Objetiva-se contrastar três visões sobre a filosofia da ciência e sobre a metodologia da economia: o instrumentalismo, a retórica e o realismo crítico. Procura-se mostrar que o realismo crítico, devido às suas proposições sobre a ontologia, é a teoria da ciência mais adequada para explicar as transformações das ciências naturais. Por outro lado, no caso da economia, o realismo crítico deveria, também com base em uma ontologia da economia, conseguir explicar as mudanças teóricas. Para tanto torna-se necessário perceber que, no caso da economia, os interesses envolvidos nas teorias e políticas são mais importantes no estabelecimento das teorias dominantes do que a precisão e a verdade.

Abstract

The purpose is to contrast three views on philosophy of science and on economic methodology: instrumentalism, rhetoric and critical realism. It will be shown that critical realism, due to its propositions about ontology, is the theory of science more suitable to explain the transformations of natural sciences. Moreover, in the case of economics, critical realism should, also on the basis of an ontology of economy, be able to explain the theoretical changes. For this purpose it is necessary to realize that, in the case of economics, the interests involved in the theories and policies are more important in the establishment of the dominant theories than accuracy and truth.

Seção ordinária

Área temática: 1. Metodologia e História do Pensamento Econômico

Subárea: 1.1 - Metodologia e Caminhos da Ciência

Introdução

A filosofia da ciência no século XX passou por dois períodos bastantes distintos: na primeira metade do século XX, predominou o positivismo, mais precisamente na versão do Círculo de Viena, que buscava critérios objetivos para o estabelecimento da verdade nas ciências, enquanto, na segunda metade do século XX, predominou o relativismo, que, de uma forma geral, enfatiza a formação de consensos na comunidade científica acerca do que é ou não é um paradigma ou uma

¹ Artigo submetido ao XVII Encontro Nacional de Economia Política da Sociedade Brasileira de Economia Política. Rio de Janeiro, 2012.

² Doutorando em economia pelo Cedeplar/UFMG. Uma versão anterior do artigo se beneficiou dos comentários de Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira, que não tem responsabilidade pelo conteúdo do artigo.

teoria aceitável. Entre esses dois extremos, deve-se destacar o falsificacionismo de Karl Popper, que justifica a substituição das teorias aceitas com base em um critério de falsidade e não de verdade.

O falsificacionismo e o instrumentalismo, na versão de Milton Friedman, são os principais critérios defendidos pelos autores do main stream da economia como justificativa para as mudanças teóricas³. A principal referência para o relativismo na economia são os trabalhos de McCloskey (1983; 1998) sobre a retórica. Mais recentemente, algumas abordagens reivindicam o realismo, tanto nas ciências humanas quanto nas naturais. Dentre essas abordagens encontra-se o realismo crítico. Objetiva-se, no presente trabalho, contrastar três visões sobre a ciência e sobre a economia: o instrumentalismo, a retórica e o realismo crítico. Procura-se mostrar que o realismo crítico, devido às suas proposições sobre a ontologia, é a teoria da ciência mais adequada para explicar as transformações das ciências naturais. Por outro lado, no caso da economia, o realismo crítico deveria, também com base em uma ontologia da economia, conseguir explicar as mudanças teóricas (no presente trabalho apresenta-se, brevemente, algumas transformações da macroeconomia ortodoxa⁴). Para tanto torna-se necessário perceber que, no caso da economia, os interesses envolvidos nas teorias e políticas são mais importantes no estabelecimento das teorias dominantes do que a precisão e a verdade.

Nas três próximas seções, apresenta-se criticamente três critérios diferentes para a explicação da evolução da ciência e, especificamente, para a evolução da economia. O primeiro critério é de predição e falsificação, o segundo é o de convencimento e o terceiro é o de descoberta de mecanismos causais. Na quarta parte do trabalho apresenta-se um breve panorama da evolução do pensamento macroeconômico ortodoxo na segunda metade do século XX. Investigaremos qual dos critérios (ou quais dos critérios) prevaleceu (ou prevaleceram) para explicar as mudanças teóricas da macroeconomia. Concluiremos advogando uma visão dualista da ciência, na qual, para as ciências naturais, predomina a descoberta de mecanismos causais para a evolução do pensamento, enquanto que na ciência econômica fatores sociais são mais importantes, embora algumas teorias apresentem melhor (ou alguma) aderência à realidade e outras não.

1. O instrumentalismo de Friedman

O artigo de Friedman de 1953, “The methodology of positive economics”, é o mais conhecido artigo sobre metodologia da economia e muitas vezes é a única informação metodológica que os economistas obtêm. O autor se preocupava, mais especificamente, com as críticas que

³ As ideias falsificacionistas de Popper já não são aceitas na filosofia das ciências naturais há muito tempo, mas ainda são defendidas pelos economistas.

⁴ No presente trabalho, os termos mainstream e ortodoxia são utilizados como sinônimos. No caso da macroeconomia, entende-se a corrente ortodoxa como aquela que defende que, eliminadas as imperfeições de mercado, a economia funcionará tal como nos modelos ortodoxos convencionais (por exemplo, o modelo de Solow).

recebia a economia neoclássica devido ao seu irrealismo: o questionário aplicado por Hall e Hitch, que refutou a hipótese de maximização dos lucros e os desenvolvimentos de Chamberlin, Robinson e outros autores, de teorias mais realistas do funcionamento dos mercados, em concorrência imperfeita. As proposições de Friedman procuram justificar o irrealismo em economia e obtiveram grande sucesso na profissão, por defender a utilização de hipóteses contrafactuais, tais como a maximização de lucros e a concorrência perfeita (HANDS, 2001, p. 53-57).

Friedman se propõe a construir uma metodologia para a economia positiva, uma economia desprovida de posições éticas, diferente da economia normativa, e que pode ser julgada pela objetividade das suas proposições. As discordâncias dos economistas, segundo Friedman, diriam respeito mais às questões normativas que às positivas. A economia positiva procura realizar previsões por meio de modelos que abstraem características da realidade.

Desse modo, por abstrair e simplificar aspectos importantes da realidade, não é correto avaliar teorias pelo seu realismo. “(...) in general, the more significant the theory, the more unrealistic the assumptions (in this sense)” (FRIEDMAN, 1953, p. 8). Portanto, uma hipótese relevante deve ser irrealista. Teorias nunca são uma descrição fiel da realidade e, por isso, não devem ser julgadas pelo realismo de suas hipóteses, mas sim pela precisão de suas previsões. Os teóricos que se preocupam excessivamente com o realismo de suas hipóteses acabam gerando teorias de pouco valor preditivo.

Por exemplo, a fórmula da queda livre no vácuo funciona, não porque vivemos em algo próximo a um vácuo, mas porque a fórmula fornece boas previsões. Os objetos não caem no vácuo, mas caem “como se” fosse no vácuo. Uma teoria mais precisa, que leve em conta a velocidade do vento, o formato do objeto em queda e outras variáveis, é disponível, mas não é utilizada por demandar maior custo de utilização⁵. A expressão “como se” (as if) sintetiza os argumentos do autor acerca do realismo das hipóteses nas ciências humanas e na economia, mais especificamente. Um exemplo clássico da economia é o de que as firmas não maximizam lucros na realidade, mas agem como se maximizassem lucros (FRIEDMAN, 1953, p. 10-13).

Um dos pontos fracos do argumento de Friedman é o de não diferenciar abstração de irrealismo. Todas as teorias, por apresentarem simplificações da realidade, fazem abstração de alguns aspectos mais ou menos importantes para a explicação do fenômeno em questão. Tais abstrações não implicam, de forma alguma, que devam ser contrafactuais. E um modelo realista não precisa ser uma descrição pormenorizada e completa da realidade.

Friedman considera que as ciências sociais não são distintas das ciências exatas. Em ambas predomina o que pode ser caracterizado como o falsificacionismo: “Em ambas não há um conhecimento real 'exato', somente hipóteses preliminares que nunca podem ser 'provadas', mas que

⁵ Friedman não explica quais critérios devem ser utilizados para se calcular os “custos” do uso de teorias rivais, talvez por não ser possível defini-los.

apenas podem ser rejeitadas” (FRIEDMAN, 2010, p. 166). Na sequência, argumenta que as diferentes teorias se sucedem devido à incapacidade de explicação de alguns fenômenos e ao aparecimento de melhores hipóteses, mais explicativas, mais seletas e simples:

Tanto nas ciências sociais quanto nas naturais, o corpo do conhecimento positivo cresce devido à incapacidade de uma hipótese preliminar prever os fenômenos que ela se propõe a explicar, face aos reparos a esta hipótese, até que alguém sugira uma nova que, de uma forma mais seleta ou mais simples, incorpore os fenômenos em questão, e assim por diante *ad infinitum* (FRIEDMAN, 2010, p. 166).

Os economistas devem agir cientificamente, testando suas hipóteses, para obter o conhecimento positivo. Ainda segundo o autor, ecoando o argumento de Popper, o único teste relevante para a validade de uma hipótese é a predição. Se uma hipótese é contradita frequentemente, ou mais frequentemente que as hipóteses rivais, pelos fatos, deve ser abandonada. Para Popper, diferentemente do que argumenta Friedman, bastaria uma única falsificação da teoria para que esta fosse abandonada. Para ambos, uma teoria nunca pode ser provada como verdadeira, mas apenas como falsa. Nas palavras de Friedman (1953, p. 5): “(...) the only relevant test of the validity of a hypothesis is comparison of its predictions with experience. The hypothesis is rejected if its predictions are contradicted ('frequently' or more often than predictions from an alternative hypothesis); it is accepted if its predictions are not contradicted; (...) Factual evidence can never “prove” a hypothesis; it can only fail to disprove it”.

O argumento de Friedman possui uma série de fraquezas, além da já mencionada confusão entre abstração e irrealismo. Um argumento frequentemente levantado contra Popper e que pode ser utilizado contra Friedman é o de que muitas observações falsificavam teorias que mais tarde se provaram verdadeiras. É fácil derrubar o heliocentrismo de Copérnico com base em observações cotidianas, tais como a constância da distância aparente de Vênus. Também não se sabe com precisão qual hipótese de uma teoria está sendo testada e, em caso de falha, deve ser substituída. No mesmo exemplo de Copérnico, não sabemos se devemos rechaçar o heliocentrismo, a teoria da ótica utilizada na época ou a capacidade de observação dos telescópios do período. Assim sendo, não faz sentido a consideração de que testes e observações procuram validar ou refutar uma hipótese ou uma teoria isoladamente de outras.

Hausman (1992) identificou uma inconsistência na proposição de Friedman de que o único critério para se determinar se uma teoria é boa ou ruim seja a previsão, mesmo aceitando-se que o único critério para o sucesso científico seja a previsão. Exemplificando o argumento com um exemplo de mercado de carros usados, pode-se dizer que: 1) um bom carro anda confiavelmente; 2) o único critério para se saber se um carro é bom é se ele anda confiavelmente; 3) qualquer informação obtida examinando o motor do carro é irrelevante. Mesmo considerando a primeira afirmativa verdadeira, não há razão para que aceitemos a segunda afirmação. Do mesmo modo, não precisamos aceitar que o único critério para se aceitar uma teoria seja o acerto na previsão, mesmo

que consideremos que uma boa teoria é aquela que prevê bem. Se queremos saber se a teoria vai continuar prevendo bem pode-se examinar suas hipóteses, assim como para prever se será bom adquirir determinado automóvel não basta andar um pouco com ele, pode ser interessante examinar o motor (citado por HANDS, 2001, p. 59-60).

Outra crítica que pode ser feita ao autor é a de que, no artigo clássico de 1953, ele se preocupou com a economia positiva, aquela que buscava apenas previsões. Como fica então o lado normativo da economia? O instrumentalismo de Friedman não pode ser conciliado com a necessidade de se fazer políticas econômicas, já que estas levam em conta, necessariamente, a existência de relações causais reais na economia. Não há como escapar à ontologia, se deseja-se fazer política econômica. Muito embora as ideias metodológicas de Friedman não possam ser firmemente sustentadas, elas ainda são predominantes entre os economistas. Um autor relevante que se diz seguidor de Friedman é Lucas, que afirma, numa entrevista, quando questionado sobre suas concepções metodológicas: “I am certainly a Friedmanite” (LUCAS, 2005, p. 287).

2. McCloskey e a retórica na economia

Em termos bastante simplificados, pode-se dizer que até a década de 1950, o realismo das hipóteses era uma questão relevante para a metodologia da economia. Nos vinte anos que se seguiram ao artigo de Friedman, ao contrário, o realismo perdeu força e as principais questões metodológicas na economia passaram a se referir à regras, simples, explícitas, formais. O trabalho de McCloskey se enquadra em um movimento contrário e esse caráter restrito, formal, matematizado da economia. As regras identificadas por McCloskey são muito mais informais, retóricas, ao invés de formais (MÄKI, 1988, p. 91).

A abordagem de McCloskey (1983, 1998) é uma abordagem mais embasada, em termos da filosofia contemporânea, por fazer eco a vários dos desenvolvimentos da filosofia e sociologia da ciência da segunda metade do século XX, os desenvolvimentos mais ligados ao pós-modernismo, desde Kuhn e Feyerabend, até Wittgenstein, Dewey, Rorty, Derrida e outros. A autora publicou o artigo fundante do movimento da retórica em economia, “The rethoric of economics”, em 1983.

A ideia principal pode ser resumida em uma só frase: “What's the point? As I said: that economics is literary”. Mas isso não faz da economia uma ciência diferente das demais. Física, matemática⁶, biologia também evoluem graças a argumentos persuasivos e não por meio de provas irrefutáveis. No caso dos economistas, sua prática está impregnada em retórica: modelos matemáticos, testes estatísticos e argumentos de mercado devem ser vistos de modo literário, como

⁶ Segundo a autora, nem mesmo a matemática está imune à retórica. Como não há uma definição irrefutável do que seja uma prova irrefutável, é o consenso da profissão que faz com que determinada prova matemática seja aceita.

figuras de linguagem – metáforas, analogias, apelos à autoridade (MCCLOSKEY, 1998, p. xi-xix)⁷.

Nenhum cientista trabalha sozinho, sem precisar comunicar seus achados. Todo cientista faz parte de uma comunidade de outros cientistas, aos quais deseja convencer com seu argumento. O objetivo do estudo da retórica não é o de denegrir qualquer campo de estudo, mas o de torná-lo mais maduro, de possibilitar leituras mais ricas de qualquer texto, sabendo que ele não se refere de modo neutro ao mundo real. O termo retórica remete à Grécia Clássica e está ligado às técnicas utilizadas para a persuasão. Não necessariamente a retórica está ligada à enganação e à fraude.

A autora propõe a volta à retórica como praticada por Aristóteles e Cícero, antes de ser crucificada pelo dogma cartesiano. Sua defesa da retórica na economia parte da crítica ao que chama, sem maiores qualificações, de modernismo, uma tradição que a autora não define precisamente, mas que pode enquadrar as diversas variantes do positivismo e do falsificacionismo (a autora cita como exemplos desde Descartes e Hume até Hempel e Popper). O que há de comum nessas tradições é a busca pela objetividade com base em evidências e testes. Não necessariamente tais correntes visam à verdade – e Popper é um bom exemplo disso – mas buscam critérios objetivos para a evolução da ciência. Os critérios de objetividade e teste do modernismo não são aplicáveis nem às ciências exatas e, muito menos, à economia. Não existe experimento crucial que derrube totalmente determinada teoria. E possíveis falsificações para as teorias de Galileo e de Einstein, por exemplo, muitas vezes se mostraram equivocadas (MCCLOSKEY, 1983, p. 483-488).

O objetivo da retórica não é encontrar falácias e equívocos nos textos, mas de enxergar além da “visão recebida” da filosofia da ciência, o modernismo. A Metodologia – com M maiúsculo, para diferenciar do sentido mais rasteiro do termo, que versa sobre a especificação de modelos, por exemplo – não pode dar conselhos aos economistas sobre o que fazer ou o que não fazer, ou corre o risco de configurar recomendações que só servem para criar falsas barreiras entre o que pretensamente é ciência e o que não é (MCCLOSKEY, 1998, p. 160-161). Observe que há uma contradição na defesa de McCloskey do pluralismo na economia, já que a opinião de que não pode-se fazer recomendações metodológicas é uma recomendação metodológica.

Conceitos chave em economia, como elasticidade, depressão, equilíbrio, competição, velocidade da moeda, foram transplantadas de outras esferas para a economia. O ponto central do argumento da autora é o de que não se consegue estabelecer algum conteúdo que elimine as figuras de linguagem e as metáforas sem com isso destruir o conteúdo a ser transmitido. A autora cita como exemplo a controvérsia do capital, envolvendo as “duas Cambridges”. Depois de provado que não se pode formar uma função de produção utilizando o capital agregado sem considerações acerca da distribuição, a função de produção continua sendo utilizada, como sempre foi, como uma metáfora

⁷ Não há um critério de verdade da teoria, como o teste empírico de Friedman. Nesse ponto, McCloskey é mais radical em seu argumento, pois a verdade ou a falsidade da teoria como um todo não importa. As boas teorias são as que convencem e persuadem (PAULANI, 2005, p. 149).

(MCCLOSKEY, 1983, P. 499-503).

A aceitação da retórica não implica no irracionalismo da ciência, segundo McCloskey (1983, p. 509; 1998, p. 168-169). Pelo contrário, implica em dar mais riqueza e complexidade ao pensamento econômico, reconhecendo a centralidade que os elementos literários ocupam em todo e qualquer discurso. A autora argumenta que a acusação de irracionalismo é muito antiga, remetendo aos debates entre os sofistas e Sócrates, nos diálogos de Platão⁸. Ela procura defender a retórica como forma de defesa do pluralismo teórico, contra pensadores que se fazem passar por donos da verdade. A retórica também ajuda a aprimorar a escrita e as aulas dos economistas e pode servir para tornar a economia mais facilmente compreensível por não economistas.

Paulani (2005) procura enquadrar o pensamento de McCloskey em diferentes tradições filosóficas: desconstrutivismo, pós-modernismo, teoria crítica, pragmatismo, dentre outras:

À primeira vista parece inequívoco concluir que suas fortes afirmações sobre a natureza do que se chama “ciência econômica” são típicas do pós-modernismo. “Economia não é ciência, é uma coleção de formas literárias”; “a metáfora é o significado”; “a metáfora econômica constitui uma poesia da economia”; “a verdade é uma quinta roda inútil”. Expressões como essas, que frequentam os textos de McCloskey, parecem sustentar essa hipótese. Se não bastar podemos lembrar que McCloskey denomina precisamente de modernista o conjunto de regras metodológicas que ataca impiedosamente (PAULANI, 2005, p. 144).

Porém, há dificuldades de enquadrar McCloskey no desconstrutivismo, para o qual toda verdade pode ser destruída (ou seja, não há verdade), ou no pragmatismo, para o qual há infinitas verdades, dependendo dos fins práticos da afirmação. Muitas das sentenças da autora sobre os fins da ciência como persuasão e como consenso dos especialistas se enquadram na tradição do pragmatismo de Dewey e Rorty⁹. Porém, a dificuldade de se enquadrar a obra de McCloskey em uma tradição filosófica bem definida não se encerra aí, pois deriva dos diferentes usos que dá à palavra retórica: em alguns momentos a ciência se reduz à retórica; em outros a ciência usa a retórica (PAULANI, 2005, p. 154). Caso a primeira afirmação seja a predominante, a escolha de diferentes teorias torna-se um processo irracional, no segundo caso, não:

Mas isso é certamente diferente, havemos de convir, de considerar a retórica como sinônimo de ciência, tal como sugerem suas frases bombásticas de início assinaladas. No limite, aliás, se tudo é retórica, a própria análise retórica torna-se logicamente impossível: de onde tirar os padrões, os algoritmos, os pontos de apoio? (PAULANI, 2005, p. 155).

Um pensador realista, Uskali Mäki (1988), argumenta que retórica e realismo devem ser combinados. Ele adiciona que a obra de McCloskey é conservadora e que defende o pensamento neoclássico da economia, já que esta seria a corrente dominante devido às suas características retóricas. Há ainda uma tensão entre o trabalho dos economistas, que não visam a verdade, e o trabalho dos metodólogos, que visam esclarecer a verdade, a retórica no modo de agir da profissão: “Whereas it is not and should not be the goal of economists to strive for truth about the economy, it

⁸ Observe que a autora não conseguiu escapar do irracionalismo de dizer que uma teoria é superada por outra apenas por mera convenção dos cientistas. Apenas disse que esse debate é antigo.

⁹ Mäki (1988, p. 94) defende que McCloskey identifica fins pragmáticos para a ciência: a persuasão, o interesse etc.

should be the goal of metatheorists to pursue truth about economics” (MÄKI, 1988, p. 97).

É importante destacar que as escolhas teóricas, filosóficas, políticas e religiosas, dentre outras, não são determinadas apenas por fatores estéticos. Muito embora o cristianismo possua uma poderosa retórica de “amor”, “perdão”, “culpa”, “castigo” etc, não são suas características literárias que o fizeram dominante nas Américas. Antes, foi a força da pólvora, do cavalo, da gripe e da varíola. Talvez o poder da economia ortodoxa não se reduza a seus aspectos estilísticos e formais, mas aos sólidos interesses materiais que defende. Voltaremos a esse ponto mais à frente.

Retomando um argumento antes apresentado por McCloskey, o uso de matemática, o apelo à autoridade, a utilização de modelos e as analogias são alguns dos recursos retóricos frequentemente utilizados pelos economistas. E todas essas ferramentas têm alguma “capacidade de iluminar”, apesar de não serem instrumentos para a obtenção da “verdade modernista”. Essa “capacidade de iluminar” se refere à capacidade de iluminar algo, o mundo. Se uma teoria procura iluminar algum aspecto do mundo real, a existência desse mundo real não está sendo questionada¹⁰. Essa crítica direcionada ao pensamento de McCloskey é a mesma crítica que foi dirigida a Friedman. Se os economistas utilizam suas teorias para interferir no mundo, a realidade do mecanismo causal que pretendem utilizar deve ser defendida. Não basta que sua teoria seja retoricamente bela, mas é necessário que a política econômica proposta seja exequível.

3. O realismo crítico e a filosofia da ciência

O realismo crítico é um movimento das filosofia e das ciências humanas iniciado com os trabalhos de Roy Bhaskar¹¹ e que tem como objetivo superar tanto as visões positivistas quanto as visões relativistas da filosofia ciência. O trabalho fundador do realismo crítico é a tese de doutorado de Bhaskar, “A realist theory of science”, publicada em 1975. No seu livro seguinte, “The possibility of naturalism: A philosophical critique of the contemporary human sciences”, o autor estende seus argumentos para as ciências humanas.

A obra de Bhaskar¹² passou por três ondas de escritos filosóficos. A primeira, identificada com o realismo crítico, elabora uma filosofia das ciências exatas e das ciências sociais¹³. A segunda onda é o realismo crítico dialético, que elabora uma metacrítica das filosofias anteriores, criando um sistema dialético. A terceira onda, o realismo crítico dialético transcendental, corresponde a uma filosofia esotérica (VANDENBERGHE, 2010, p. 22-23). No presente trabalho

¹⁰ “(...) even if economic models of the social world are socially constructed by economists, the social world itself is not socially constructed by the modelling practices of economists” (MÄKI, 2008).

¹¹ Bhaskar é inglês, filho de mãe inglesa e pai indiano. Estudou filosofia, ciência política e economia em Oxford (VANDENBERGHE, 2010, p. 21).

¹² Algumas das influências de Bhaskar são Wright, que investigou a intervenção causal dos cientistas nos experimentos e Harré, orientador de Bhaskar, que propôs a existência de poderes causais (VANDENBERGHE, 2010, p. 23).

¹³ Os termos ciências humanas e ciências sociais serão utilizados como sinônimos ao longo do texto.

nos deteremos ao primeiro momento do pensamento de Bhaskar, o pensamento mais consensualmente aceito pelos seus seguidores¹⁴.

A expressão realismo crítico surgiu da combinação das expressões “realismo transcendental”, que diz respeito à filosofia de Bhaskar para as ciências naturais, e “naturalismo crítico”, que diz respeito à filosofia de Bhaskar para as ciências humanas (BHASKAR, 1998, p. ix; VANDENBERGHE, 2010, p. 17). Dentre os principais desenvolvedores da corrente, destacam-se Roy Bhaskar, Andrew Collier, Margaret Archer, Alan Norrie e Tony Lawson, sendo que o último publicou as principais contribuições do movimento para o pensamento economia.

O realismo crítico faz parte de uma tradição que, desde a primeira metade do século XX, procura identificar as fraquezas e inconsistências do positivismo. Esse movimento passa pela contribuição do positivismo lógico do círculo de Viena que, depois foi abalado pela concepção popperiana de que a ciência não consegue provar que uma teoria é verdadeira, mas apenas se ela é ou não falsa. Em um segundo momento, principalmente a partir dos trabalhos de Thomas Kuhn, a teoria da ciência passou a se ocupar principalmente com o processo social de reprodução e modificação do conhecimento científico. A proposta de Bhaskar é oferecer uma visão da filosofia da ciência que seja alternativa tanto ao positivismo quanto ao relativismo. Segundo Bhaskar (1998, p. x; 2008, p. 12-14), essas duas correntes da filosofia da ciência baseiam suas proposições numa visão equivocada do que seja a prática científica, com base no empirismo.

A questão transcendental “como deve ser o mundo para que a ciência seja possível?” (BHASKAR, 2008, p. 23), estabelece a base para a ontologia de Bhaskar e a resposta à essa mesma questão é a ontologia. Tal questão não implica que a existência da ciência dê ao mundo um caráter estruturado e estratificado; ao contrário, a existência de um mundo estruturado e estratificado é que torna a ciência possível. A posição de Bhaskar se opõe ao empirismo e ao idealismo:

The third position, which is advanced here, may be characterized as transcendental realism. It regards the objects of knowledge as the structures and mechanisms that generate phenomena; and the knowledge as produced in the social activity of science. These objects are neither phenomena (empiricism) nor human constructs imposed upon the phenomena (idealism), but real structures which endure and operate independently of our knowledge, our experience and the conditions which allow us access to them (BHASKAR, 2008, p. 25).

A simples afirmação de que a ciência parte de percepções ou observações pressupõe que exista algo a ser percebido ou observado. Mesmo as concepções empiristas da ciência pressupõem, portanto, uma ontologia que estabelece a existência do que o realismo crítico chama de dimensão intransitiva. Quando um cientista faz uma experiência, ele está criando artificialmente uma sequência de eventos, mas não uma lei causal. Em um mundo sem homens, não há experiências, mas ainda existem leis causais (BHASKAR, 2008, p. 31-34). As bases reais para as leis causais são os mecanismos geradores, os poderes, propriedades das coisas.

¹⁴ As críticas a Bhaskar são mais comumente direcionadas à segunda e à terceira fases dos seus escritos. Veja por exemplo, Prado (2009) e Callinicos (2009).

A análise da experiência levou Bhaskar à conclusão de que existem diferentes domínios do real, do factual e do empírico. O primeiro se refere ao mundo dos mecanismos; o segundo domínio diz respeito aos fatos observados, os eventos, e o terceiro domínio é o criado artificialmente em laboratórios, por meio da intervenção humana que isola mecanismos causais. O empirismo colapsa esses três domínios em um só, criando uma concepção antropocêntrica de um mundo empírico, o mundo das experiências dos homens (BHASKAR, 1998, p. xii; 2008, p. 56-58).

Consideremos o caso da mecânica: na natureza não ocorrem sistemas sem atrito ou sem resistência do ar para que os cientistas estudem a queda livre. Sistemas nos quais há isolamento dos mecanismos geradores são sistemas fechados. Sistemas nos quais não há tal isolamento são abertos. Cientistas não teorizam a partir da observação do mundo (sistema aberto), já que as conjunções constantes não ocorrem nele, mas de modo transfactual, imaginando e realizando experimentos para descobrir o que ocorreria num sistema fechado. O objetivo da ciência é fazer afirmações acerca de mecanismos geradores e leis (tendências)¹⁵. Há uma “diferença ontológica” entre as leis científicas e as sequências de eventos. Enquanto as últimas são provocadas pelo ser humano e pertencem à dimensão transitiva da realidade, as primeiras pertencem à dimensão intransitiva da realidade, existem independentemente dos seres humanos.

Bhaskar consegue propor uma filosofia da ciência que faz a mudança científica ser racional e evolutiva, diferentemente das concepções idealistas, como as de Thomas Khun e Paul Feyerabend. Segundo esses dois autores, duas diferentes teorias científicas são incomensuráveis, ou seja, não podem ser totalmente traduzidas uma na linguagem da outra. As mudanças de paradigma científico decorrem mais de convenções da comunidade científica do que de algum critério de verdade. Assim, não há nenhum critério científico que faça com que a teoria einsteniana seja preferível à newtoniana ou à aristotélica. A posição relativista encoraja a concepção super idealista da inexistência de um mundo real independente da teoria e leva ao absurdo de existirem tantos mundos quanto existem teorias. A volta à ontologia possibilita que os realistas críticos critiquem determinadas condutas como sendo ou não científicas. Nesse sentido, abandona-se a visão relativista, exemplificada na economia pela obra de McCloskey, na qual não consegue-se separar a física da astrologia, ou a medicina do xamanismo.

Para o realismo crítico, a realidade é estratificada, ou seja, composta por várias camadas com propriedades emergentes, não redutíveis às de outras camadas (como exemplo podemos pensar a estratificação entre DNA, células, organismos, espécies e ecossistemas na biologia). A ciência se modifica a partir da identificação de mecanismos geradores em um determinado estrato da realidade, o que faz com que os cientistas procurem por um estrato mais profundo (ou mais elevado) da realidade, que explique os mecanismos geradores descobertos. Nesse outro patamar

¹⁵ Segundo Bhaskar (2008, p.18), “Tendencies may be possessed unexercised, exercised unrealized, and realized unperceived (or undetected) by men; they may also be transformed”.

serão identificados novos mecanismos geradores, que farão com que a ciência novamente mude de patamar. E assim sucessivamente. A esse processo os realistas críticos chamam de “retrodução”.

Como consequência, as mudanças de teoria científica não são irracionais, e as teorias tornam-se comparáveis, por se referirem a um mesmo mundo. Uma teoria A é preferível a uma teoria B, se a teoria A consegue explicar quase todos os fenômenos explicados pela teoria B mais alguns fenômenos relevantes não explicados pela teoria B. Por outro lado, a estratificação da realidade faz com que diferentes teorias sejam corretas para explicar diferentes fenômenos. O relativismo epistemológico não é descartado (BHASKAR, 1998, p. xi; 2008, p. 248-249). Durante o seu progresso, a ciência pode corrigir a concepção que havíamos de um estrato anterior, mas a ciência não dissolve o estrato anterior. O conhecimento que tínhamos desse estrato ainda tem validade¹⁶. Os períodos de mudança científica (análogos ao que Khun chamou de revoluções científicas) são períodos de descoberta de novos estratos. Os períodos de aplicação da ciência (análogos ao que Khun chamou de ciência normal) são períodos de resolução de quebra-cabeças, aplicação das descobertas a novos fenômenos (BHASKAR, 2008, p. 185-193).

Para o realismo crítico, o conhecimento é um produto social, produzido a partir de técnicas e conhecimentos dados. Esta é a dimensão transitiva do conhecimento. Mas o conhecimento se refere a estruturas que existem e agem independentemente dos homens. Essa é a dimensão intransitiva. “If men ceased to exist sound would continue to travel and heavy bodies fall to the earth in exactly the same way, though ex hypothesi there would be no-one to know it” (BHASKAR, 2008, p. 21)¹⁷. É possível imaginar um mundo em que não existam homens e, ainda assim, os mecanismos existentes na natureza continuem a operar, mesmo não sendo descritos por nenhum cientista. Mas não é concebível a existência da ciência sem elementos transitivos; ou seja, sem antecedentes científicos ou pré-científicos: “There could be a world without men; but there could not be knowledge without antecedents” (BHASKAR, 2008, p. 250).

A ciência opera a partir de teorias e fatos previamente estabelecidos, por meio de instrumentos, modelos, metáforas e analogias, para, finalmente, produzir novas teorias e fatos. A ciência produz conhecimento por meio de conhecimento¹⁸. Um exemplo dado por Bhaskar (2008, p. 21-23) é o da teoria da evolução de Darwin. Supondo que o mecanismo da seleção natural de Darwin seja correto, constitui-se da dimensão intransitiva do conhecimento; já as teorias que serviram de antecedente, como a teoria da população de Malthus e a teoria evolucionária de Lamarck, e os métodos usados por Darwin, como a análise de animais, de fósseis e de embriões,

¹⁶ A descoberta dos genes não destruiu a teoria de Darwin, apenas a levou a um estrato mais profundo de análise.

¹⁷ Segundo Vandenberghe, a epistemologia histórica francesa, de autores como Canguilhem, Bachelard, Althusser e Bourdieu, já distinguia entre o objeto natural das ciências e o objeto teórico da história da ciência (2010, p. 275).

¹⁸ Do ponto de vista do realismo crítico deve-se destacar que a retórica é parte integrante do pensamento científico, se refere à dimensão transitiva do mesmo. Aceitar que a retórica faz parte da ciência não implica em dissolvê-la no convencimento. Os cientistas podem usar a retórica tanto para comunicar verdades quanto falsidades.

consistiriam a dimensão transitiva do conhecimento.

No campo da economia, o realismo crítico e a defesa da ontologia são advogados principalmente por Tony Lawson, professor de Cambridge. Lawson (1999a; 2004) defende a ação do realismo crítico como o que pode ser traduzido livremente como um “trabalhador subordinado” (underlabourer), capaz tanto de criticar quanto de propor alternativas teóricas. Nesse trabalho subordinado, o realismo crítico possui a tarefa de limpar o chão: o filósofo deve identificar que tipo de sujeira predomina e o que deve ser feito para deixar o chão mais limpo.

Nesse sentido, Lawson reconhece que o chão da economia está sujo e a sujeira é o dogma que atribui à economia mainstream de que apenas a modelização matemática importa. Uma tarefa primária é a de identificar o que é e o que faz a economia mainstream. O método da economia mainstream é caracterizado brevemente por ele como a teorização de sistemas fechados. O mundo real é aberto e, segundo Lawson, teorizá-lo como se assim não fosse é um erro, já que fechamentos locais (regularidade de eventos) raramente ocorrem. Lembremos que a ciência não se ocupa de regularidades, mas de mecanismos causais que ocorrem de modo transfactual.

As ciências, seja aplicando matemática, estatística ou outro método, procuram sempre com esse instrumental, identificar estruturas isomórficas em relação ao mundo. A escolha do método é uma questão de ontologia. Esta é que decide o método e não o oposto. É o que aconteceu com a física newtoniana, por exemplo, que, ao invés de utilizar a matemática disponível na época, teve que inventar uma nova matemática, o cálculo, compatível com sua ontologia. Autores como Friedman, Coase e Rubinstein criticaram a economia ortodoxa por ter virado um sistema matemático sem relação com os problemas econômicos reais. A tarefa de Lawson e do realismo crítico na economia é a de propor métodos que sejam compatíveis com a ontologia da economia (FULLBROOK, 2009, p. 4-6; LAWSON, 2004).

Lawson (1997; 1999a, p. 4-7; 1999b, p. 224-226; 2004) critica a ortodoxia econômica como sendo a parcela dos economistas que utiliza o método da dedução. Para Lawson, a dedução¹⁹ é a derivação de uma explicação a partir de condições iniciais e de regularidades, na forma “sempre que esteve evento ou estado de coisas, então aquele evento ou estado de coisas”. Ou seja, se há uma potencialidade, ela sempre é realizada. O dedutivismo, por sua ênfase em relações causais, não se preocupa com uma ontologia mais profunda das estruturas responsáveis pelas regularidades. Tal método implica na redução do potencial ao factual. O método dedutivista é uma precondição para a modelização matemática: “By deductivism I understand a mode of explanation which involves deducing the explanandum from a set of initial conditions plus regularities that take the form 'whenever this event or state of affairs then that event or state of affairs' ” (LAWSON, 1997, p. 88).

O erro básico do dedutivismo é generalizar uma situação que raramente ocorre (as

¹⁹ A utilização do termo dedução por Lawson é diferente do uso convencional na teoria da ciência. Para uma crítica, veja Hands (2001, p. 323, nota 35; p. 327) e Hodgson (2009).

regularidades de eventos) como se fosse a realidade. Para generalizar o método dedutivo, a economia mainstream normalmente considera agentes atomísticos pré-programados (normalmente otimizadores). As escolhas dos agentes na economia mainstream não envolvem escolha, já que são decisões necessariamente maximizadoras.

Alguns comentadores da obra de Lawson, como Bruce Caldwell (2009), Geoffrey Hodgson (2009) e D. Wade Hands (2001) argumentam que o autor apresenta uma concepção muito caricaturada do que a ortodoxia econômica utiliza como método. Segundo Caldwell, mesmo nos exercícios econométricos sem embasamento teórico, quando se deseja propor políticas em discussões em seminários, os autores procuram identificar mecanismos causais.

Hodgson (2009) concorda com Lawson de que a matemática tem sido utilizada como um fim em si mesmo na economia, mas discorda do argumento de Lawson de que a matemática e a econometria só podem ser usados em sistemas fechados. O argumento de Lawson o colocaria em uma posição muito radical quanto à utilidade desses instrumentos. Muitas vezes tanto a estatística quanto a formalização matemática são utilizadas em disciplinas de outros sistemas abertos, como a física e a biologia. Duas utilizações da matemática e do irrealismo seriam subavaliadas por Lawson: o uso como meio de elaborar críticas internas e a utilização em modelos heurísticos. Nestes últimos modelos, a formalização e o irrealismo são utilizados como meio de procurar identificar possíveis mecanismos causais. Dois exemplos das ciências humanas são o modelo de Schelling, no qual a segregação racial espacial é o resultado de uma pequena preferência por ficar próximo de pessoas da mesma cor, e o modelo de Arkelof do mercado de “limões” (gíria americana – lemons – para produtos de qualidade inferior), em que o preço de um veículo usado, por mais novo que seja, é inferior ao do veículo da concessionária, pelo simples fato de não se conhecer precisamente a qualidade do mesmo²⁰.

Algumas vezes justifica-se o irrealismo na economia como necessário para que se possa fazer aproximações sucessivas à realidade. Parte-se de um mundo idealizado, bastante irreal e, a partir daí, vai-se introduzindo características mais verdadeiras. Essa técnica, também chamada de heurística tem, de acordo com Lawson (2009), validade desde que os fatores isolados, aqueles que deseja-se focalizar e estudar, já tenham sido identificados anteriormente e sejam estruturas ou tendências reais e que seus efeitos possam ser combinados mecanicamente com outros efeitos relevantes que posteriormente serão adicionados à investigação. O próprio Hodgson deixa claro a condição necessária para que os modelos heurísticos sejam relevantes em termos de conhecimento, eles devem iluminar aspectos da realidade, ajudar a identificar possíveis mecanismos causais.

Lawson (2009) afirma que não é contra o uso da matemática, mas que esta deve ser utilizada em contextos específicos, de fechamento local, raramente presentes nas ciências sociais.

²⁰ Hodgson (2009) também identifica falta de clareza na separação que faz Lawson entre isolamento e abstração. Não entraremos no mérito dessa questão aqui. Para maiores informações veja Hodgson (2009) e Lawson (2009).

Diz ainda que não pretende diminuir, mas ampliar o leque de opções metodológicas disponíveis para os economistas. No que se refere à capacidade da crítica interna, Lawson (2009, p. 200-201) argumenta que esta é uma forma muito utilizada pela própria economia ortodoxa para evoluir; não necessariamente é uma forma de crítica com alto poder persuasivo. E sugere como forma mais poderosa de crítica a feita por ele, contra os métodos matemático-dedutivos em geral.

Nesse ponto, Lawson parece estar subestimando a capacidade que a crítica interna, por exemplo a feita por Sraffa e citada por Hodgson, pode ter em abalar os pilares de uma tradição teórica com fundamentos inconsistentes. Lawson também parece superestimar o poder de sua própria crítica, já que ele próprio reconhece que o método dedutivo pode ser útil em condições de fechamento. Talvez o fechamento não seja tão raro quanto o autor pensa que é. Ou ainda, uma outra possibilidade, levantada por Hodgson, é a de que, mesmo em sistemas abertos, a formalização matemática e a estatística podem ser relevantes, como instrumentos capazes de captar ou descrever tendências que ocorrem transfactualmente.

O realismo crítico não implica que devam ser utilizados modelos compostos apenas por hipótese totalmente realistas. Abstração, simplificação e irrealismo podem ser utilizados, desde que ajudem a descobrir ou explicar mecanismos reais presentes na economia. Os econometristas puros, que buscam, quase sem o auxílio de teorias, identificar correlações estatísticas, podem ter uma utilidade prática, de identificar relações entre variáveis. Porém, por não apresentarem uma base teórica, seus exercícios não podem servir de parâmetro direto para políticas econômicas, devido ao fato de desconhecerem os mecanismos reais de atuação das políticas econômicas. Aqueles autores que propõem políticas econômicas com base em modelos irrealistas, são a parcela dos economistas que deve ser olhada com maior desconfiança, pela mesma razão do econometrista puro que sugere políticas, por não conhecer a real relação causal entre as variáveis que estuda. Algumas das tradições que podem ser facilmente enquadradas como irrealistas são a do equilíbrio geral do tipo Arrow-Debreu, a novo clássica, a dos ciclos reais de negócios e a monetarista das últimas décadas do século XX. A tradição novo keynesiana não é uma tradição necessariamente irrealista, mas apresenta modelos que restringem muito a capacidade de explicar as economias capitalistas.

4. Avaliação crítica da macroeconomia ortodoxa da segunda metade do século XX

Uma vez apresentados os três critérios para a mudança científica – falsificação, retórica e realismo crítico – procura-se, na presente parte do trabalho, identificar qual dos critérios prevalece para a mudança da teoria econômica dominante no mais stream das últimas décadas. Naturalmente que não é possível uma apresentação pormenorizada das várias contribuições ortodoxas ao pensamento macroeconômico da segunda metade do século XX. Por isso optou-se por ater-se a três

movimentos básicos: o monetarismo de Friedman, o pensamento novo clássico de Lucas e Sargent e a escola novo keynesiana de Romer, Taylor, Gordon, Blinder, dentre outros.

A teoria macroeconômica ortodoxa da segunda metade do século XX foi fortemente influenciada pelos trabalhos de Friedman. O autor defende o que ficou conhecido como a Curva de Phillips com expectativas adaptativas. Tal curva difere da relação estável entre desemprego e inflação que era proposta anteriormente por alguns autores ligados à síntese neoclássica.

Segundo Friedman, a política monetária seria incapaz de controlar tanto a taxa de juros quanto o nível de emprego. No caso da elevação do emprego, o raciocínio se assemelha à análise de Wicksell e Fischer sobre a taxa de juros: a autoridade monetária somente seria capaz de manter a taxa de juros abaixo da taxa natural por meio de inflação. Tal análise pode ser aplicada de forma análoga no mercado de trabalho. Haveria uma “taxa natural de desemprego” estabelecida pelo sistema de equilíbrio geral walrasiano, desde que esse sistema incorpore as imperfeições de mercado, os custos de se reunir informações sobre oferta e demanda de trabalho, os custos de mobilidade, dentre outras imperfeições.

Caso o governo tente levar a taxa de desemprego para um nível abaixo do natural, ele realiza uma expansão monetária, o que trará um efeito expansionista. Tanto trabalhadores quanto capitalistas sofrem de ilusão monetária. Ambos reagem à expansão inicial ampliando, respectivamente, a oferta de trabalho e a produção. Porém, os preços dos produtos finais subirão, reduzindo os salários reais. Os trabalhadores começarão a demandar maiores salários nominais, revertendo o declínio do desemprego. Com expectativas adaptativas, os agentes esperam que a inflação do período passado se repita. Para manter o desemprego no nível inferior ao natural, a autoridade monetária teria de aumentar ainda mais a expansão monetária, acelerando a inflação.

Não há um trade-off estável entre inflação e desemprego, mas uma “taxa natural de desemprego” (U_n), que é consistente com as forças reais e com as previsões corretas; o desemprego só pode ser mantido abaixo desse nível com uma aceleração da inflação, ou acima dele, através de uma aceleração da deflação (FRIEDMAN, 2010, p. 173).

Formalmente, com π_t e U_t representando a inflação e o desemprego no período t :

$$\pi_t = \pi_{t-1} - \alpha(U_t - U_n)$$

Infelizmente, não há um meio eficaz de saber qual a taxa natural de desemprego, já que esta muda de tempos em tempos. Caso a taxa de mercado seja diferente da natural, se o governo tentar igualá-las, a defasagem entre as políticas e seus efeitos pode provocar encadeamentos negativos na economia. O que a política monetária pode fazer é impedir grandes perturbações econômicas, como as que originaram a Grande Depressão, a crise de 1907 e os pânicos bancários. A autoridade monetária pode prevenir a inflação, evitando o expansionismo monetário elevado. A autoridade monetária não pode perseguir metas que não tem capacidade de interferir, como as taxas

de juros e de desemprego. Pode controlar, por exemplo, a taxa de câmbio, o nível de preços e a quantidade de algum agregado monetário, a variável mais indicada por Friedman. A autoridade monetária deve evitar, ao máximo, grandes reviravoltas nas políticas, devido a seus efeitos defasados. “Coerentemente, acredito que um agregado monetário seja o melhor guia ou critério de política monetária atualmente disponível – e penso que importa muito menos qual agregado específico seja escolhido do que o fato de que se escolha algum” (FRIEDMAN, 1997, p. 267).

A análise de Friedman é mais um passo na tentativa de solucionar a tensão entre o curto e o longo prazo nas apresentações tradicionais da teoria quantitativa da moeda. Outra tensão, não resolvida por ele, mas que seria muito trabalhada nas décadas seguintes, ocorre entre o método estático utilizado e a necessidade de se pensar dinamicamente, com microfundamentos garantidores da racionalidade neoclássica. Segundo Lucas, o curto prazo deve ser pensado também na forma de agentes racionais maximizadores, mesmo na explicação das flutuações de renda e emprego.

As características originais do pensamento novo clássico são: 1) busca de microfundamentos neoclássicos de equilíbrio geral walrasiano para a macroeconomia; 2) adoção da hipótese de agentes racionais maximizadores; 3) agentes não sofrem de ilusão monetária. Os preços relativos é que importam; 4) flexibilidade completa de preços e salários e concorrência perfeita permitem que todos os mercados da economia estejam sempre em equilíbrio (SNOWDON; VANE, 2005, p. 223). Nesse contexto teórico de equilíbrio walrasiano o desafio de Lucas é conseguir explicar as razões que levam a economia a apresentar flutuações de emprego e de renda real motivadas por mudanças na oferta monetária. A principal contribuição de Lucas é a de considerar que os agentes possuem informação imperfeita acerca das principais variáveis macroeconômicas.

O autor utiliza as expectativas racionais, introduzidas por John Muth em 1961 em um contexto microeconômico. De acordo com as expectativas racionais, os agentes aprendem o verdadeiro modelo de funcionamento das economias capitalistas. Os agentes observarão todas as variáveis relevantes para a tomada de decisão e não formarão expectativas sistematicamente erradas. Note que, no modelo de Friedman, os agentes poderiam errar sistematicamente²¹.

Sinteticamente, apresentaremos as proposições de Lucas. Os agentes observam os preços relativos para ofertar trabalho. Se o salário ofertado está acima do normal, os trabalhadores optarão por ofertar mais trabalho e, portanto, ter menos horas de lazer para desfrutar. Assume-se que as firmas conhecem o preço prevalecente no seu próprio mercado mas só tomam conhecimento do nível geral de preços com alguma defasagem. Quando ocorre um aumento no preço do produto ofertado pela firma, ela deve decidir se este aumento de preço é um aumento no nível geral de

²¹ Muitas críticas são dirigidas à hipótese de expectativas racionais. Uma das mais importantes é a crítica pós-keynesiana de que no mundo real não é possível estabelecer distribuições de probabilidade das variáveis macroeconômicas. O mundo real é histórico e não ergódico, ou seja, cada evento é único e não repetitivo. Não predomina o risco calculável, mas o que os pós-keynesianos chamam de incerteza.

preços ou um aumento no preço relativo do seu bem, que pode ser causado, por exemplo, por uma mudança nas preferências dos consumidores. Esse problema é conhecido como “extração de sinal”. Utilizando essa lógica, deriva-se a curva de oferta de Lucas:

$$Y_t = Y_{nt} + \alpha(P_t - P_{et})$$

Onde, Y_t é o nível no tempo t do produto real, Y_{nt} é o produto natural no tempo t . P_t é o nível de preços e P_{et} é o nível esperado de preços. Caso o nível verdadeiro dos preços seja superior ao esperado, haverá aumento temporário do produto real em relação ao natural e uma redução, também temporária, do desemprego abaixo do nível natural. Uma vez que as firmas e os trabalhadores percebam que confundiram aumentos gerais de preços com aumento de preços relativos, os níveis de produto e de emprego retornam aos respectivos patamares naturais. Em países nos quais há grande variabilidade na taxa de inflação, os agentes terão uma menor sensibilidade a desvios do nível correto de preços em relação ao esperado. Ou seja, o parâmetro α torna-se menor. Em países com estabilidade de preços, aumentos não esperados no nível de preços provocarão maiores efeitos reais temporários.

O modelo é capaz de prever aumento de preços e de produto em virtude de uma ampliação da oferta monetária. Haverá aumento do produto real se a oferta monetária for maior do que os agentes esperavam que fosse. As flutuações se devem a reações ótimas dos agentes a mudanças não antecipadas nas variáveis econômicas. Ações do governo só tem efetividade se não são conhecidas (antecipadas) pelos agentes. O modelo neoclássico pode ser entendido como uma versão dos modelos novos clássicos na qual os agentes possuem informação perfeita²².

Pode-se derivar algumas orientações de política econômica dos trabalhos de Lucas. Uma política monetária que tente frequentemente enganar as firmas e famílias torna-se ineficaz. Por outro lado, uma política monetária restritiva com credibilidade pode implicar no fim da inflação sem nenhuma perda de produto real, ou seja, taxa de sacrifício zero. Como consequência lógica de uma economia que sempre está em equilíbrio, com uma taxa de desemprego natural, políticas de demanda não tem efeitos duradouros, mas políticas do lado da oferta podem influenciar na taxa de desemprego natural. Propõe-se, por exemplo, flexibilização da legislação trabalhista, para que o mercado de trabalho consiga se equilibrar mais rapidamente.

Partindo dos argumentos de Friedman e de Lucas, uma série de tentativas de adoção de políticas de controle da inflação por meio de ajustes na variação de algum agregado monetário foi realizada entre o fim da década de 1970 e meados da década de 1980. Tais políticas obtiveram um nítido fracasso em termos de operacionalidade e de resultados. Os bancos centrais então, se

²² O próprio Lucas (1996, p. 259) reconhece que é difícil os agentes possuírem informação de todos os dados econômicos, com exceção do estoque monetário.

voltaram a medidas mais convencionais para o controle dos preços: manipulação das taxas de câmbio e de juros, além da adoção de elementos teóricos e práticos novos, o banco central independente e as metas de inflação. Pode-se atribuir o fracasso das políticas monetaristas à postulação de um mecanismo causal falso: a inflação gerada por emissões monetárias governamentais. Na verdade, a moeda é gerada endogenamente, pela interação entre as decisões do banco central e dos bancos e não há estabilidade na velocidade da circulação da moeda²³.

Já a partir do final da década de 1970, os trabalhos novos clássicos de primeira geração começaram a ser questionados. As evidências empíricas indicavam que mesmo políticas monetárias críveis e anunciadas tinham efeitos reais. Autores trabalhando com expectativas racionais mas rompendo com a hipótese de preços e salários totalmente flexíveis conseguiram explicar teoricamente tal fenômeno. Deram origem ao pensamento novo keynesiano, que procura dar microfundamentos, com base em agentes maximizadores e nas expectativas racionais, para as imperfeições de mercado que possibilitam que choques de demanda agregada tenham efeitos na oferta agregada. Apesar de não haver um consenso entre seus proponentes, é possível identificar linhas comuns de análise em boa parte dos trabalhos novos keynesianos. A busca de microfundamentos para a rigidez de preços e salários é o ponto que distingue a escola. Ainda é comum a adoção de expectativas racionais e a aceitação da taxa de desemprego não aceleradora da inflação, a NAIRU. As firmas normalmente não são competitivas, mas fixadoras de preços (SNOWDON; VANE, 2005, p. 363-365).

A escola novo keynesiana procura compreender o funcionamento, com imperfeições, assimetrias e viscosidades, dos mercados de trabalho e de bens, que provocam equilíbrio com desemprego involuntário e nível de produto abaixo do potencial. Para tanto avançam na direção dos microfundamentos do desemprego e da rigidez nominal de preços. Esse último ponto é enfatizado por Romer (1993): a procura por hipóteses realistas para as imperfeições de ajuste de preços, ao invés de simplesmente assumir, como atribui-se à síntese neoclássica, a lentidão do ajuste.

Uma consequência teórica da adoção de expectativas racionais nos modelos novos keynesianos é que conseguiu-se provar que a hipótese é compatível com situações nos quais não há zeragem dos mercados (market clearing). O market clearing obtido pelos novos clássicos só é possível graças à adoção da hipótese de total flexibilidade de preços e salários. Como a autoridade monetária pode alterar a oferta de moeda mais frequentemente que os contratos de trabalho e de preços são renegociados, políticas monetárias tem efeitos reais no curto prazo, mas não no longo prazo, mesmo se forem antecipados pelos agentes. Ou seja, mesmo com expectativas racionais há espaço para políticas macroeconômicas estabilizadoras de choques, já que os contratos só serão renegociados após a política (SNOWDON; VANE, 2005, p. 367-370).

²³ Para uma história da política monetária, veja, por exemplo, Mishkin (1998). Para uma análise da endogenia da moeda, veja Carvalho (1993).

As viscosidades de preços e salários são explicadas por teorias como as de custos de menu (custos para as firmas mudarem seus preços, associados a mudanças de portfólio, mudanças contratuais, e outras), modelos de salário de eficiência (nos quais um maior nível salarial que o de equilíbrio é proposto pela firma para impedir a seleção adversa, garantir que os funcionários não procurem mudar de trabalho e fiquem mais produtivos) ou ainda modelos de insider-outsider (nos quais os funcionários de dentro das firmas conseguem fixar seu salário em um nível superior ao de equilíbrio graças a um poder de barganha originário dos custos de reposição do trabalhador e dos sindicatos). Gordon (1990) aponta para a complexidade das decisões de preços das firmas submetidas a uma ampla rede de insumo e produto, na qual as empresas não possuem conhecimento completo dos vários mercados envolvidos direta ou indiretamente na produção de seu bem. Não há garantias de que uma queda de demanda provoque diminuição dos custos marginais de modo a incentivar a firma a reduzir o preço do seu bem para retornar ao equilíbrio anterior. Esse é um caso clássico de falha de coordenação. Todos os agentes estariam em melhor situação se diminuíssem os preços, mas como não há garantias de que os demais agentes o farão, é racional fixar os preços.

O pensamento novo keynesiano possibilita que haja desemprego involuntário como uma situação de equilíbrio. A rigidez de preços e/ou salários possibilita os microfundamentos para a NAIRU (non-accelerating inflation rate of unemployment), a taxa de desemprego não aceleradora da inflação. A NAIRU, embora similar a taxa natural de desemprego de Friedman, guarda algumas particularidades. Por exemplo, a NAIRU não é dada pela zeragem do mercado de trabalho, mas é também influenciada pela capacidade de trabalhadores e de empresários fixarem salários e preços, além das regulamentações e direitos trabalhistas.

Além desses fatores, o comportamento passado da taxa de desemprego pode influenciar a NAIRU. A taxa de desemprego não aceleradora da inflação poderia aumentar devido à histerese (termo emprestado da física que indica a incapacidade de um corpo retornar à sua posição inicial após deslocado por uma força, mesmo quando essa força cessa). Um caso típico de histerese é o no qual o progresso tecnológico é função do nível de produção. Outro caso de histerese é o do emprego. Piora na atividade por algum tempo pode tornar a força de trabalho despreparada para o emprego caso haja mudança tecnológica ou pode reforçar o poder dos insiders (ROMER, 1993).

O pensamento novo keynesiano oferece uma síntese dos desenvolvimentos da macroeconomia ortodoxa da última década, ajudando a configurar o que alguns autores chamam de “nova síntese neoclássica” ou “novo consenso macroeconômico”. De acordo com Taylor (1997; 2000), cinco pontos são mais ou menos consensuais na macroeconomia: 1) o crescimento do PIB de longo prazo depende do crescimento da produtividade do trabalho e do crescimento da força de trabalho. Essa proposição é a base dos modelos neoclássicos de crescimento, tais como o modelo de Solow; 2) não há trade-off, no longo prazo, entre inflação e desemprego; 3) existe um trade-off, no

curto prazo, entre inflação e desemprego, devido à rigidez de preços e salários no curto prazo; 4) As expectativas são importantes no impacto final de políticas fiscal e monetária. De modo geral considera-se que tais expectativas são racionais; 5) o último princípio importante é que as autoridades não devem mais pensar em discricionariedade, mas sim em regras de atuação.

O modelo atualmente seguido pelos governos de várias partes do mundo é chamado de modelo keynesiano sem a curva LM (BLINDER, 1997; TAYLOR, 2000). Em caso de crescimento da inflação, o governo aumenta a taxa de juros real, trazendo tanto o nível de produto quanto o de inflação para baixo. Com isso, o governo pode baixar a taxa de juros real e o nível de produto retornará ao potencial. Esse mecanismo descreve bem o funcionamento da regra de Taylor (1993), frequentemente utilizada pelos bancos centrais. Tal regra estabelece uma relação entre a taxa de juros nominal de curto prazo e o desvio da inflação corrente em relação à meta e também a defasagem da taxa de crescimento corrente em relação à potencial²⁴. Pode ser resumizada como:

$$i_t = r^* + \pi_t + g(y_t - y^*) + h(\pi_t - \pi^*)$$

Ou seja, a taxa de juros nominal de curto prazo, i_t , deve igualar a taxa de juros real de equilíbrio, r^* , mais a inflação corrente, π_t , mais o desvio ponderado da taxa de crescimento corrente do produto em relação ao potencial, $g(y_t - y^*)$, mais o desvio ponderado da inflação em relação à meta, $h(\pi_t - \pi^*)$. Caso o produto esteja crescendo mais que o potencial ou a inflação esteja superior à meta, o banco central deve elevar a taxa de juros. E deve baixá-la caso o crescimento esteja menor que o potencial ou a inflação esteja inferior à meta.

As teorias macroeconômicas ortodoxas descritas no presente trabalho não são capazes de captar a complexidade do mundo real, um sistema aberto, que tratam como se fosse fechado. Suas hipóteses irrealistas, tais como a ausência de incerteza, a neutralidade da moeda e a taxa natural de desemprego, fazem com que sejam propostos mecanismos causais falsos, tais como a tendência da economia se dirigir a uma taxa de desemprego determinada apenas por elementos de oferta. Essas mesmas teorias identificam apenas um mecanismo causal da inflação: a provocada por aumento da demanda acima do produto potencial. E promovem uma única política contra a inflação: o aumento da taxa de juros²⁵. Ignoram vários outros processos inflacionários, tais como choques de oferta, inflação salarial, inflação tributária, choques internacionais e indexação. Não é a capacidade preditiva da teoria que determina sua importância.

Como então teorias tão restritas acerca do funcionamento da economia podem ser

²⁴ As principais referências teóricas para o debate da política monetária ortodoxa, tais como Lucas e Friedman, consideram que a autoridade monetária pode controlar diretamente algum, ou vários, agregados monetários. A afirmação de que a política monetária deva se dar predominantemente por meio do controle da taxa de juros aparece, portanto, como uma proposição ad hoc.

²⁵ Como argumentado, a proposta de controle direto de agregados monetários não está mais sendo defendida.

dominantes? O artigo de Romer (2000) sobre economia keynesiana sem a curva LM nos oferece algumas pistas. O autor indica que os modelos econômicos formalizados, simplificados e restritos só são substituídos por outros modelos econômicos formalizados, simplificados e restritos. De um modo geral, predomina a matematização dos argumentos econômicos, que pode implicar na redução de argumentos complexos a uma série de trivialidades matemáticas²⁶. Muitas vezes a trivialização é utilizada na economia, para omitir que as políticas não são neutras, mas favorecem a determinados seguimentos da sociedade e desfavorecem a outros, como será destacado na conclusão. Nota-se então, que um elemento retórico, o formalismo, predomina na determinação das teorias dominantes na ortodoxia macroeconômica. Porém, a retórica não é o único elemento importante, já que existem diversas teorias macroeconômicas formalizadas e só as de inspiração neoclássica predominam. Na conclusão adicionaremos alguns elementos ontológicos para explicar tal fato.

Conclusão

A visão de mundo por detrás das teorias de Friedman, Lucas e dos Novos Keynesianos, pressupõe que a economia tenda, na ausência de interferência, para uma taxa natural de desemprego, ou para uma taxa de desemprego não aceleradora da inflação. Políticas governamentais só alteram o curso normal da economia no curto prazo. No longo prazo, os agentes maximizadores se guiam apenas por preços relativos; a moeda é apenas um meio conveniente de facilitar as trocas, pois não altera nem as preferências, nem as possibilidades de troca.

Críticos argumentam que mesmo na situação limite de preços e salários totalmente flexíveis, os agentes podem reter moeda para especular ou para se proteger da incerteza do futuro, provocando uma situação de equilíbrio permanente com desemprego acima do potencial. Para superar essa situação, as políticas monetárias e fiscal cumprem importante papel, mesmo no longo prazo (SICSÚ, 2007). Pode-se até mesmo observar que a proposição da adoção de uma política monetária que seja mais restritiva que a vontade da sociedade é uma proposição que fere a democracia (SNOWDON; VANE, 2005, p. 258-262).

Na prática, menores taxas de inflação não estão associadas a maior crescimento e são benéficas mais para o setor financeiro e para os capitalistas, (por serem possuidores de ativos nominais que podem perder valor em caso de inflação e por se beneficiarem de taxas de juros elevadas) do que para os trabalhadores, que se beneficiam de alto crescimento e elevado nível de emprego, mesmo com inflação moderada (JAYADEV, 2009)²⁷. As teorias econômicas ortodoxas

²⁶ Uma consequência da matematização da economia é o descarte de uma série de questões extremamente relevantes, que não podem ser reduzidas a argumentos matemáticos. A esse processo de redução de argumentos a trivialidades matemáticas, chama-se “trivialização” (CLOWER, 1995; BACKHOUSE, 1998).

²⁷ O autor analisa uma entrevista feita com 30.000 pessoas em 27 países e realiza diversos testes econométricos que corroboram tal interpretação.

pretendem apresentar argumentos formalizados, quase sempre de causa e efeito, que mascaram os efeitos distributivos de suas políticas econômicas. Os economistas muitas vezes defendem o interesse de instituições financeiras e dos mais ricos como se estivessem defendendo o interesse geral da comunidade²⁸. Os bancos centrais podem e devem adotar outras metas que não apenas a de inflação, como as metas de crescimento e de emprego (CHANG; GRABEL, 2004).

Para concluir, é importante destacar um argumento ainda não devidamente explorado pelo realismo crítico de Lawson. Este autor (1999b, p. 232) explica o tipo de economia dominante devido ao fato de os economistas aceitarem acriticamente os métodos dedutivistas. Nesse ponto, há convergência entre o pensamento dele e o de McCloskey. Ambos explicam a predominância de uma determinada metodologia da economia devido ao seu apelo estético. O argumento de Lawson e o de McCloskey são explicações superficiais para a questão, já que não buscam outros mecanismos causais, mais poderosos.

Do ponto de vista do realismo crítico, uma pergunta interessante a ser feita é: sendo o mundo econômico estruturado e formado por relações sociais e posições sociais, como deve-se esperar que seja a teoria econômica dominante? Uma possível resposta a essa pergunta observa que alguns grupos sociais se beneficiam bastante, enquanto outros são muito prejudicados pelo funcionamento regular do capitalismo. Dentre os beneficiados pelo sistema, encontram-se boa parte dos professores das grandes universidades do mundo e os pesquisadores das grandes instituições, muitas vezes contratados diretamente por grupos empresariais e financeiros. Não é de muito interesse dos grupos dominantes uma reforma radical no sistema que altere sua posição hierarquicamente superior. Pode-se dizer que Lawson, ao lutar contra o método dedutivo, luta contra uma sombra da realidade ao invés da realidade²⁹.

Nesse sentido, respondendo à pergunta de como deve-se esperar que seja a teoria econômica dominante, pode-se dizer que as teorias econômicas defendidas pelos favorecidos do sistema devem tender a mascarar o fato de que as relações econômicas são relações sociais, portanto relações mutáveis. Podem procurar esconder que os grupos situados em posições sociais privilegiadas exercem um poder desproporcional sobre o sistema e que há possibilidade de terem esse poder diminuído. Podem ainda procurar mascarar que um maior controle social sobre o sistema econômico diminui os graus de liberdade da ação dos grupos privilegiados e que é do interesse dos favorecidos do sistema omitir as diversas possibilidades de crise associadas ao funcionamento normal de uma economia de mercado desregulada. Essa argumentação possibilita que se explique a razão do dualismo metodológico entre as ciências humanas e as exatas. Enquanto as últimas

²⁸ O texto de Carrick-Hagenbarth e Epstein (2012) traz uma análise de 19 economistas americanos que recebem dinheiro de instituições financeiras e que dificilmente declaram isso, mesmo nas aparições públicas nas quais defendem o interesse do setor financeiro nos debates sobre regulamentação que se seguiram à crise do subprime.

²⁹ Uma referência obrigatória aqui é Marx e Engels, (2005).

procuram identificar mecanismos causais importantes, as primeiras servem a diferentes interesses, não sendo neutra. Desse modo, seguindo as proposições de Marx e Engels (1846/2005) em “A Ideologia Alemã”, observa-se que os interesses materiais – e não apenas o falsificacionismo, a retórica ou o realismo – são determinantes para o estabelecimento das teorias dominantes, seja na economia (PAULANI, 2005), seja nas ciências humanas em geral (LÖWY, 2009).

Referências bibliográficas

BACKHOUSE, R. **If mathematics is informal, then perhaps we should accept that economics should be informal too.** The Economic Journal, n. 108, 1998.

BHASKAR, R. **General introduction.** Em: ARCHER, M; BHASKAR, R; COLLIER, A; LAWSON, T; NORRIE, A. Critical realism: essential readings. Londres: Routledge, 1998.

BHASKAR, R. **A realist theory of science.** Londres: Verso, 2008.

BLINDER, A. **Is there a core of practical macroeconomics that we should all believe?** American Economic Review, n. 87(2), 1997.

CALDWELL, B. **Some comments on Lawson's reorienting economics:** same facts, different conclusions. Em: FULLBROOK, E. (Org.) Ontology and Economics. Tony Lawson and his critics. Londres: Routledge, 2009.

CALLINICOS, A. **Critical realism and beyond:** Roy Bhaskar's dialectic. Em: BIDET, J; KOUVELAKIS, S. Critical companion to contemporary marxism. Chicago: Haymarket Books, 2009.

CARRICK-HAGENBARTH, J; EPSTEIN, G. **Dangerous interconnectedness:** economists conflicts of interest, ideology and financial crisis. Cambridge Journal of Economics, n. 36, 2012.

CARVALHO, F. **Sobre a endogenia da oferta de moeda:** réplica ao professor Nogueira da Costa. Revista de Economia Política, v. 13, n. 3(51), julho-setembro de 1993.

CHANG, H.-J; GRABEL, I. **Reclaiming development:** an alternative economic policy manual. London: Zed Books, 2004

CLOWER, R. **Axiomatics in economics.** Southern Economic Journal, n. 62(2), 1995.

FRIEDMAN, M. **The methodology of positive economics.** Em: FRIEDMAN, M. Essays in positive economics. Chicago: Chicago University Press, 1953.

FRIEDMAN, M. **O papel da política monetária.** Em: CARNEIRO, R. (Org.) Os clássicos da economia. São Paulo: Ática, 1997.

FRIEDMAN, M. **Inflação e desemprego:** a novidade da dimensão política. Em: Clássicos de Literatura Econômica. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

FULLBROOK, E. (Org.) **Ontology and economics:** Tony Lawson and his critics. Londres:

Routledge, 2009.

GORDON, R. **What is new-keynesian economics?** Journal of Economic Literature, v. 28, n. 3, 1990.

HANDS, D. **Reflections without rules.** Economic methodology and contemporary science theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HAUSMAN, D. **The inexact and separate science of economics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HODGSON, G. **On the problem of formalism in economics.** Em: FULLBROOK, E. (Org.) Ontology and Economics. Tony Lawson and his critics. Londres: Routledge, 2009.

JAYADEV, A. **Income, class and preferences towards anti-inflation and anti-unemployment policies.** Em: EPSTEIN, G; YELDAN, E. (Eds.) Beyond Inflation Targeting: Assessing the Impacts and Policy Alternatives. Cheltenham: Edward Elgar, 2009.

KUHN, T. (1962) **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

LAWSON, T. **Economics and reality.** Londres: Routledge, 1997.

LAWSON, T. **Developments in economics as realist social theory.** Em: FLEETWOOD, S. (Org.) Critical realism in economics. Development and debate. Londres: Routledge, 1999a.

LAWSON, T. **Critical issues in economics as realist social theory.** Em: FLEETWOOD, S. (Org.) Critical realism in economics. Development and debate. Londres, Routledge: 1999b.

LAWSON, T. **Philosophical under-labouring in the context of modern economics:** aiming at truth and usefulness in the meanest of ways. Em: DAVIS, J; MARCIANO, A; RUNDE, A (Orgs.) The Elgar companion to economics and philosophy. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2004.

LAWSON, T. **On the nature and roles of formalism in economics:** reply to Hodgson. Em: FULLBROOK, E. (Org.) Ontology and Economics. Tony Lawson and his critics. Londres: Routledge, 2009.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen.** São Paulo: Cortez, 2009.

LUCAS, R. Jr. **Nobel lecture:** monetary neutrality. Journal of Political Economy, agosto de 1996.

LUCAS, R. Jr. **Interview with Robert E. Lucas Jr.** Em: SNOWDON, B; VANE, H. Modern macroeconomics. Its origins, development and current state. Northampton: Edward Elgar, 2005.

MÄKI, U. **How to combine rhetoric and realism in the methodology of economics.** Economics and Philosophy, 4, p. 89-109, 1988.

MÄKI, U. **Scientific realism and ontology.** Em: DURLAUF, S; BLUME, L. The New Palgrave Dictionary of Economics. Second Edition. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martin Claret, 1846/2005.

MCCLOSKEY, D. **The rethoric of economics**. Journal of Economic Literature, v. XXI, p. 481-517, junho de 1983.

MCCLOSKEY, D. **The rethoric of economics**. 2ª Edição. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

MISHKIN, F. **International experiences with different monetary policy regimes**. Conference on Monetary Policy Rules, Estocolmo, 1998.

PAULANI, L. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PRADO, E. **Dialética e realismo crítico**. Disponível em: www.fea.usp.br/faecom. Acessado em 15 de agosto de 2011.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1996.

ROMER, D. **The new keynesian synthesis**. The Journal of Economic Perspectives, v. 7, n. 1, 1993.

ROMER, D. **Keynesian macroeconomics without the LM curve**. The Journal of Economic Perspectives, v. 14, n. 2, 2000.

SICSÚ, J. **Emprego, juros e câmbio: finanças globais e desemprego**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

SNOWDON, B; VANE, H. **Modern macroeconomics**. Its origins, development and current state. Northampton: Edward Elgar, 2005.

TAYLOR, J. **Discretion versus policy rules in practice**. Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy, n. 39, 1993.

TAYLOR, J. **A core of practical macroeconomics**. American Economic Review, n. 87(2), 1997.

TAYLOR, J. **Teaching modern macroeconomics at the principles level**. American Economic Review, n. 90(2), 2000.

VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista: um diálogo franco-britânico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.